

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Invocando a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência do deputado Coronel David, que está cumprindo agenda no interior do estado, conforme CI nº 0024/2025. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente no Plenário da Assembleia Legislativa e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Oitenta da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 37.258, 38.938, 38.942, 38.946, 38.950, 38.954, 38.960, 38.964, 38.968, 38.972 e 38.977/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Antonio Vaz e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Lia Nogueira, Gleice Jane, Jamilson Name e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 19/2025, de autoria do deputado Renato Câmara; Projeto de Lei nº 292/2024, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas em segunda discussão e votação nominal as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 91/2025, de autoria do deputado João Henrique; Projeto de Lei nº 22/2025, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela comemoração dos seus vinte anos de fundação; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao povo Terena da cidade de Dourados, em razão da Festa Cultural do Povo Terena de Dourados, comemorada anualmente no dia 9 de agosto, simbolizando um importante marco de resistência, valorização e visibilidade da cultura indígena em Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao senhor Luiz Paulo*

*Teixeira Ferreira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; ao senhor César Fernando Schiavon Aldrighi, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e ao senhor Paulo Roberto da Silva, superintendente regional do Incra em Mato Grosso do Sul, pela criação do Projeto de Assentamento União e Reconstrução, na Gleba Água Limpa, município de Cassilândia, com capacidade para oitenta famílias; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao Capítulo Dois de Abril Nº 390 da Ordem DeMolay, em reconhecimento à conquista do segundo lugar no Desafio Ritualístico Capitular durante o Congresso Nacional da Ordem DeMolay (CNOD) de 2025, realizado entre os dias 18 e 20 de julho, na cidade de São Luís, Maranhão; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao Capítulo Nova Era Nº 909 da Ordem Demolay, em reconhecimento às importantes conquistas obtidas no Congresso Nacional da Ordem DeMolay (CNOD) de 2025, realizado em São Luís, Maranhão; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira e demais deputados, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Saúde, com a finalidade de promover a valorização, proteção e o fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais da saúde pública e privada do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como propor políticas públicas e medidas legislativas voltadas à sua integridade física, emocional e funcional; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para realização da Sessão Solene para outorga da Comenda do Mérito Legislativo Ueze Elias Zahran; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para realização da Sessão Solene que visa à celebração do Dia do Músico e à entrega da “Medalha Tom do Pantanal – Arara Azul”; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Jamilson Name, Neno Razuk, Coronel David, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Roberto Hashioka, Zeca do PT e Lidio Lopes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 14 de agosto de 2025: Ofício nº 232/2025, do Ministério Público Federal, respondendo ao requerimento do deputado Junior Mochi; Ofício nº 8.780/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes; e-mail de Munder Hassan Gebara, respondendo à moção de pesar do deputado Renato Câmara. Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de

Estado de Educação, com cópia ao senhor Carlos Antonio Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao coronel QOPM Frederico Reis Pousos Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando estudo no sentido de firmar uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com o propósito de que seja efetivado convênio entre as partes, com o objetivo de realizar cursos de primeiros socorros nas escolas da Rede Estadual de Ensino, com foco especial no ensino da Manobra de Heimlich e demais procedimentos essenciais em situações de emergência. Foi noticiado amplamente pela imprensa nacional um fato que ocorreu no dia 7 de agosto em Fortaleza, Ceará: um menino de quatorze anos salvou a vida do primo de treze anos que estava engasgado, aplicando a Manobra de Heimlich. Casos de engasgo, quedas e outros acidentes podem ocorrer tanto no ambiente escolar quanto no familiar, e saber agir rapidamente pode significar a diferença entre salvar ou perder uma vida. Capacitar alunos, professores e funcionários não apenas fortalece a segurança dentro das unidades escolares, mas também leva esse conhecimento para o âmbito familiar, multiplicando o alcance da prevenção. Inclusive, senhor presidente, aprovamos um projeto de lei de nossa autoria que divulga como fazer essa manobra, colocando cartazes em restaurantes, estabelecimentos comerciais, escolas, centros de educação infantil, para que as pessoas saibam como proceder em casos de acidentes como engasgo. Sabemos que isso pode salvar vidas e estamos solicitando à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública esse trabalho, em conjunto, de capacitação de professores e demais agentes sociais, para que possam saber como atender uma pessoa numa situação dessa. Apresento outra indicação, destinada ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando reforço do policiamento ostensivo na região da Esplanada Ferroviária, nesta capital. Na madrugada do dia 9 de agosto, um jovem foi espancado por dez homens nessa região e, conforme apuração, a violência foi motivada por homofobia, inclusive tendo sido proferido pelos agressores a seguinte frase: "Aqui não é lugar para viado, mete o pé". Causa estranheza agressão gratuita em razão da orientação sexual de alguém. O fato ganha relevo por ser notório que a região do referido ataque tem como característica bares direcionados ao público LGBTQIA+ e, ultimamente, tem sido noticiado o aumento no registro de ocorrências dessa natureza nas proximidades. Estamos pedindo o reforço do policiamento na Esplanada Ferroviária, um local com atrações culturais, com eventos como o Carnaval, com apresentações artísticas, teatro de rua e com bares nas proximidades, que são frequentados pela comunidade LGBTQIA+. Aconteceu esse caso que foi divulgado na imprensa, em que um rapaz estava ali namorando e chegaram dez outros rapazes que passaram a agredi-lo. É importante dizer que também aconteceu um estupro nessa mesma localidade: uma mulher pediu socorro a guardas e disse ter sido estuprada por um desconhecido. É preciso haver um policiamento mais frequente naquela região, para que fatos dessa natureza não voltem a ocorrer. Já tivemos esse caso grave desse rapaz, que é um artista, e que estava simplesmente namorando, beijando seu namorado, quando foram espancados. Isso não pode acontecer e, por isso mesmo, estamos solicitando que haja esse policiamento para que as pessoas possam transitar livremente naquela região, sem que ocorram fatos dessa natureza, como o estupro já registrado, que é algo inadmissível. Pedimos que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública atue nesse local, que

é o local da Feira Livre, onde muita gente frequenta, porque é um local de apresentações artísticas e culturais. Por tudo isso, precisamos desse reforço no policiamento. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando a realização da manutenção da rodovia MS-386 e instalações de novas placas de trânsito, indicando Japorã e Iguatemi, especialmente na segunda rotatória no município de Japorã. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada por meio do vereador Leonardo Flávio Pereira de Oliveira. Atualmente, a ausência de sinalização adequada tem levado os motoristas, especialmente aqueles que não conhecem a área, a pegarem a estrada de chão por engano, o que resulta no retorno necessário ao município de Mundo Novo, causando transtornos, atrasos e aumento nos riscos de acidentes. A implantação das placas contribuirá significativamente para a melhoria da mobilidade, da segurança viária e para a correta orientação dos usuários da via, além de facilitar o deslocamento e fomentar o acesso aos municípios citados. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, quero apresentar um requerimento e uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, após ouvir o colendo Plenário, nos termos do artigo 73, inciso XI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Flávio César Mendes de Oliveira, secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, pela eleição como primeiro presidente do Comitê Gestor do Imposto Sobre Bens e Serviços, órgão responsável para comandar a transição e operacionalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS, promovendo a unificação da tributação sobre consumo. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, manifesta seus mais elevados votos de congratulações ao senhor Flávio Cesar Mendes de Oliveira, secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, pela eleição como primeiro presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, órgão responsável para comandar a transição e operacionalização do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS, promovendo unificação da tributação sobre o

consumo. Trata-se de um grande feito para o nosso estado, que evidencia a competência técnica, a liderança e a credibilidade do secretário Flávio César junto às demais unidades da federação, além de reforçar o protagonismo de Mato Grosso do Sul no cenário nacional. Que esta homenagem inspire gestores e servidores públicos a pautar sua atuação pela seriedade, pelo diálogo e pela visão estratégica". Sobre essa questão da Reforma Tributária, às vezes, ainda há muitas pessoas que ainda não têm conhecimento. O Brasil passa por um período de transição da Reforma Tributária, na qual os impostos vão ser unificados. O ICMS vai se unir ao ISS — o ICMS é um tributo estadual e partilhado com os municípios, enquanto que o ISS é o imposto municipal —, vão se juntar e vão criar o IBS. Para deliberar sobre isso, foi definido, na lei, que será criado o Comitê Gestor de Imposto Sobre Bens e Serviços e temos a satisfação de ter um representante de Mato Grosso do Sul, o nosso secretário de Fazenda, como o primeiro presidente desse comitê. Quero destacar a importância para Mato Grosso do Sul de ter o Flávio César na mesa de discussão, como presidente do comitê, em que serão tratadas, inclusive, as compensações financeiras de perda de arrecadação dos estados. Temos uma preocupação com relação a Mato Grosso do Sul, que é um estado pujante e em desenvolvimento, que possa haver perda de receita por conta que a tributação agora vai ocorrer no destino e não mais no local de origem. E Mato Grosso do Sul é um estado produtor, que tem a sua produção na origem, mas que não tem muita população, isso pode interferir na questão desse imposto. Temos o Flávio César — que é competente, que é habilidoso politicamente — rapidamente se colocando como presidente do Consefaz, sendo eleito presidente do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda, assumindo, agora, mais uma posição importante como presidente do comitê gestor. Fiz questão de apresentar essa moção, que vai ser assinada também pelos deputados Paulo Corrêa e Marcio Fernandes. Penso que poderíamos fazer pela Casa, presidente, porque acho que todos aqui compactuam do mesmo pensamento, da importância de ter o Flávio César nessa posição estratégica...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Queria também sugerir que fosse pela Casa, porque o Flávio César está ocupando cargos importantes e o IBS vai tentar minorar a perda dos municípios e dos estados. E tenho certeza — e eu falei isso aqui, deputado Caravina — de que deveríamos ser contra o projeto de Reforma Tributária e esse comitê vai passar Mato Grosso do Sul para trás.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Então, é importante...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Importante!

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Já que não conseguimos, não é deputado Paulo? Sai um pouco da nossa alçada, mas ter o presidente do nosso estado vai nos auxiliar a levantar a bandeira quando o problema de perda de arrecadação chegar ao nosso estado.

É fundamental... Fiz questão de fazer essa moção para dar credibilidade a essa importante função exercida pelo Flávio César. As duas, não é? Como presidente do Consefaz e agora como presidente do comitê. Era isso, senhor presidente. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares! Tenho uma indicação, em coautoria com os deputados Paulo Corrêa, Londres Machado e Junior Mochi, em que requeremos à Mesa Diretora, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, solicitando que sejam adotadas, em caráter emergencial, medidas de apoio aos empresários e produtores sul-mato-grossenses que enfrentam dificuldades em razão do aumento das taxas de exportação de produtos brasileiros aos Estados Unidos, especialmente no que se refere ao escoamento da tilápia e demais produtos perecíveis que perderam sua destinação original. Nos últimos meses, diversas notícias e relatos apontam para grave situação enfrentada por produtores e empresários no Estado de Mato Grosso do Sul, que destinaram grandes volumes de suas produções ao mercado norte-americano, mas, devido ao recente aumento das tarifas de importação praticadas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, tiveram os contratos cancelados ou deixaram de ter seus produtos adquiridos, o que resultou em acúmulos de estoques de materiais perecíveis, como pescados, frangos e outros alimentos. Trata-se, então, de uma situação emergencial, que exige atuação do Governo do Estado em apoio ao setor produtivo. Temos conhecimento de que São Paulo e Paraná já adotaram essas medidas emergenciais, visando evitar prejuízo econômicos severos, demissões em massa e, sobretudo, o desperdício do alimento de alto valor nutricional e qualidade. Nesse sentido, propõe-se que sejam realizados estudos para verificar a viabilidade e que sejam implementadas, com urgência, medidas como: a inclusão da tilápia ou outros produtos perecíveis no cardápio da merenda escolar da Rede Estadual de Ensino (REE), garantindo a aquisição direta junto aos produtores locais; a concessão de isenções ou incentivos fiscais temporários como forma de mitigar os prejuízos enfrentados; a criação de linhas emergenciais de crédito com juros subsidiados para custeio de armazenagem, escoamento alternativo ou reestruturação de dívidas desses empresários; o estabelecimento de parcerias com programas sociais e instituições públicas ou filantrópicas, a fim de destinar os produtos excedentes à população em situação de vulnerabilidade; fomento à abertura de novos mercados compradores com apoio técnico e logístico do Governo do Estado, através das secretarias competentes. Isso o governador já está fazendo, já abriu o mercado para tilápia, mas, enquanto isso... Singapura! Em Singapura, mas, enquanto isso não acontece, não é deputado Paulo, porque vai ter um tempo até a assinatura desses termos. Com relação à tilápia, que é algo perecível, que possa ser usada na merenda escolar da REE. Tais medidas não apenas colaboram para proteção de um setor estratégico da economia sul-mato-grossense, como também contribuem para o fortalecimento da segurança alimentar no estado e para o combate ao desperdício de

alimentos. Diante do exposto, solicita-se ao Governo de Mato Grosso do Sul que envie os esforços necessários para que se encontrem soluções viáveis e céleres para essa demanda urgente dos empresários do estado. Nesse sentido, o governador está chegando, acredito que dia 16, vamos provocar essa reunião com o governador e com o secretário, para que possamos levar, presencialmente, esse pedido — o deputado Paulo já deu uma adiantada para agendarmos essa reunião — para que tenhamos essas medidas emergenciais, para mitigar os prejuízos da cadeia produtiva do estado. Também, senhor presidente...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Só para referendar, estamos assinando juntos, deputada Mara. Eu, você, deputado Londres...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — E o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Deputado Junior Mochi. Acho que é importante...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Marcio.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — É um momento de dificuldade do empresário, mas não é só o empresário, acho que abrir o mercado da tilápia para Singapura, mas é o que a senhora falou, não é só assinar o convênio, é pior... É produzir, embarcar e levar tilápia, quer dizer...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Tem todo um tempo...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Está lá no porto e isso pode ser revertido para a merenda escolar, porque a tilápia é excelente. Pesquisei e os Estados de São Paulo e Paraná já fazem isso; então, é importante prestigiar a empresa local, que têm várias operações no estado, é a maior produtora de tilápia do estado e a terceira do Brasil. Acho que é importante que façamos esse enfrentamento e já adiantei, ontem, para o presidente da federação das indústrias e para o senhor governador, que vamos solicitar essa audiência. Quero me somar a Vossa Excelência nesse processo. Muito obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Marcio também pediu para assinar...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu também quero assinar em conjunto, deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — E o deputado Renato Câmara. Obrigada, deputados. Também tenho um projeto de lei que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa do Mel, realizada tradicionalmente no município de Guia Lopes da Laguna. Fica incluída no Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de

2010, a Festa do Mel, a ser realizada anualmente no mês de setembro, no município de Guia Lopes da Laguna. Conforme documento anexo, a proposição decorre de solicitação formulada pela Associação Comercial e Empresarial de Guia Lopes da Laguna. Ressalta-se que a referida solicitação contempla de forma inequívoca o critério de alta significação para a sociedade ou para segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos do estado, de que trata o artigo 3º, da Lei nº 3.945, de 2010. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero afirmar também que vai ser encaminhada pela Casa a indicação do deputado Caravina. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, todos presentes à Sessão. Deputado Professor Rinaldo, tudo bem com o senhor Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor secretário de Estado de Educação, professor Hélio Queiroz Daher, com cópias autônomas para o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, solicitando a construção de uma escola estadual no bairro Riviera Park, no município de Campo Grande, conforme justificativa anexa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: sete indicações (Prot. nºs 2801/2025, 2771/2025, 02770/2025, 02769/2025, 2768/2025, 2767/2025, 2766/2025). De autoria do deputado Caravina: uma moção de congratulação (Prot. nº 02799/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 02785/2025, 2783/2025, 02782/2025); um requerimento (Prot. nº 02784/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 02791/2025, 02789/2025, 2790/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 02786/2025); um requerimento (Prot. nº 02787/2025); um projeto de lei (Prot. nº 02795/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: dois projetos de resolução (Prot. nºs 02788/2025, 2792/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 02798/2025, 2797/2025, 2796/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 02778/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02779/2025, 2777/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 02793/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 02775/2025, 02774/2025, 02773/2025); um projeto de decreto legislativo (Prot. nº 02780/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02781/2025); um projeto de lei (Prot. nº 2794/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, não vou fazer o uso do Grande Expediente, vou pedir para transferir, mas, peço pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero registrar — acho muito importante — essa notícia que o presidente Lula vai enviar para o Congresso Nacional nos próximos dias, se já não enviou hoje, um projeto de lei para regular a atuação das "big techs" no Brasil. O ministro Rui Costa, da Casa Civil, anunciou em entrevista que, após a divulgação daquele vídeo do influenciador Felca, no Fantástico, que denuncia a adultização e sexualização precoce de crianças e adolescentes nas redes sociais, isso chamou a atenção do Governo Federal e do próprio Congresso Nacional, que vem debatendo essa questão. Por isso, o presidente Lula resolveu encaminhar um projeto de lei para regulamentar as "big techs" no Brasil, principalmente com o objetivo de proteger nossas crianças e adolescentes. No vídeo, o Felca denuncia a atuação de outros influenciadores nas redes sociais com o que seria essa prática da adultização e sexualização precoce de crianças e adolescentes. Muitas vezes, pais, professores e outras pessoas postam nas redes sociais imagens de crianças e adolescentes, mas, acontece que essas imagens vão parar em sites de pedófilos, que passam a induzir crianças e adolescentes a um relacionamento que pode, muitas vezes, resultar em crimes de abuso sexual. A falta de regulamentação dessas "big techs" em nosso país faz com que, muitas vezes, tenhamos crianças e adolescentes caindo nessa rede de pedofilia. Muitos defendem que não haja essa regulamentação, porque seria um atentado à liberdade de expressão, mas, não podemos confundir liberdade de expressão com liberdade para prática de crimes na internet. É preciso, realmente, que haja essa regulamentação das "big techs", porque não podemos permitir discurso de ódio, apologia ao crime, apologia à violência e práticas que levem à pedofilia, à violência e ao abuso contra as nossas crianças e adolescentes. Queria fazer esse registro, acho muito importante que essa discussão ocorra no Congresso Nacional, com esse projeto de lei encaminhado pelo presidente Lula, mas, tenho informações de que outros deputados e senadores estão se interessando por essa matéria e discutindo projetos, propostas legislativas, para impedirmos que essas "big techs" atuem livremente, permitindo essa ocorrência de crimes contra criança e adolescentes. Para finalizar, estamos falando de algo muito perigoso, mais do que nunca é preciso regular, fiscalizar, punir, não apenas quem publica, mas também quem viabiliza a disseminação desses conteúdos na rede mundial de informação e a legislação precisa ser aperfeiçoada para coibir e punir de forma efetiva essas atividades criminosas que acontecem na internet. Era o que tinha, presidente. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp. Ontem, falamos um pouquinho sobre esse tema e, à noite, deputado Pedro Kemp, encontrei um delegado — em um evento — que tem a formação nessa área. Ele falou novamente para que tenhamos essa delegacia especializada para tratar desse tipo de situação e o Governo do Estado já discutiu a possibilidade de implantação, o doutor Lupércio está ciente disso e mais do que nunca é preciso que tenhamos essa delegacia, porque esse tipo de crime aumenta a cada dia. É um negócio impressionante! As nossas crianças precisam ser protegidas, é inadmissível uma criança ter acesso à internet [de forma descontrolada], ficando à disposição de conteúdos que podem levar, por exemplo, à automutilação. A questão do suicídio, deputada Mara, é algo que aumenta cada dia mais em nossa sociedade. Muitas crianças fazem um tipo de compromisso, de desafio para ver quem fica mais tempo sem se alimentar; adquirem produtos químicos e disputam quem fica mais tempo inalando-os. São desafios esquisitos que levam à morte, que levam a sequelas irreversíveis, portanto, quero fazer esse apelo para que o governador Eduardo Riedel implante o quanto antes essa delegacia especializada para tratar desses crimes cibernéticos. E mais ainda, o ano que vem é um ano eleitoral e vem o momento das fake news, uma indústria de acabar com a reputação das pessoas. Isso é muito triste! Há pessoas que chegaram a cometer suicídio por conta de fake news, porque expõem a vida pessoal com mentiras. Lembrando do encontro que tive ontem com esse delegado, a esposa dele estava junto, que também é delegada, a doutora Vanessa, espero que o Governo do Estado implante essa delegacia especializada para tratar desses assuntos e cumprimento o deputado Pedro Kemp, por trazer esse assunto, que está sendo discutido. Há temas que são pautas de todos, porque o homem e a mulher representantes da população, em suas faculdades mentais normais, não admitem, em hipótese alguma, uma situação vulnerável tão terrível que faz com que as crianças tenham a sua integridade física... Fiz uma visita in loco na Sala Lilás, que foi a primeira implantada em Mato Grosso do Sul, fruto de uma emenda nossa — hoje, já temos quase cinquenta municípios com a Sala Lilás —, onde existe uma sala com a brinquedoteca para criança. Dessa forma, quando vai fazer o exame de corpo de delito, há um ambiente mais tranquilo, mais lúdico, para minimizar essa dor tão grande. Estava lá uma senhora de sessenta e oito anos de idade com um menininho de sete anos de idade, com a roupa da Reme, com o uniforme da escola. Quando vi aquela criança acompanhada com a avó, já entendi tudo, o meu coração já ficou muito dolorido, porque eu sabia que aquela criança era uma das vítimas do abuso sexual. É muito triste. Sabemos que a cada minuto, há uma criança sendo violentada do ponto de vista sexual e há pessoas presas, há professores que estão presos por conta disso. Temos um missionário, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Paranaíba, que abusou da neta de nove anos, entendeu? Preso! Não podemos permitir que as nossas crianças sul-mato-grossenses venham sofrer... Se existe o crime, eu digo que o abuso sexual infantil e a pedofilia são a mãe de todos os crimes. Por isso, quero, mais uma vez, pedir ao governador Eduardo Riedel que essa delegacia, que cuida desses crimes cibernéticos, seja implantada em Mato Grosso do Sul. Desculpem esse aparte um pouco...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permita-me uma sugestão, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Poderíamos fazer uma indicação ao governador nesse sentido, assinado por vários deputados — os que quiserem — para fortalecermos esse pedido da delegacia especializada em crimes virtuais, porque hoje é muito frequente a ocorrência desses crimes. Então, poderíamos formalizar numa indicação ao governador Eduardo Riedel.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Vamos fazer, sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte. Primeiro, quero parabenizar os colegas por levantarem esse tema tão importante, que tem relação direta com segurança pública. Ontem, recebi uma informação que é preocupante e que vamos precisar fazer esse pedido para o Governo do Estado. Já temos, deputado Renato Câmara, quatorze municípios sem delegado de polícia, porque os delegados passaram em outros concursos, saíram, foram para outros estados. São quatorze municípios que não têm mais delegados. O ideal é que a cada quatro anos haja o concurso para delegado de polícia, para que todos os municípios tenham esses profissionais. E municípios que tinham dois delegados, porque têm um volume maior de trabalho, vários já estão com um delegado apenas. Conversei, ontem, com o pessoal da Polícia Civil e o governador precisa autorizar, este ano, para que tenhamos concurso para delegado no ano que vem, porque, em ano de eleição não é permitida a autorização, você pode fazer o concurso se ele já tiver sido autorizado no ano anterior. Historicamente, fora o concurso de 2000, que foi o concurso no qual eu fui aprovado, todos os outros concursos foram acontecendo de quatro em quatro anos. O último concurso foi em 2022, então 2026 estaria dentro do período para ter um novo concurso, para poder ter um delegado em cada delegacia. Porque se estamos querendo e se é necessário colocar delegados em delegacias digitais, para apuração de crimes digitais, se é importante como a deputado Lia pede constantemente, ampliar as delegacias da mulher, vamos precisar de delegado de polícia e vamos precisar de policiais. Haverá o concurso da Polícia Civil de investigadores e escrivães, mas, vamos precisar de delegados para comandar. Como quatorze municípios estão sem, causou-me essa preocupação. Queria pedir, deputado Renato Câmara, para fazermos um requerimento verbal, para colocarmos isso no sistema. Vamos pedir que a PGE e a Conleg providenciem... Que o governador autorize, coloque no planejamento e faça essa autorização este ano, para que se realize o concurso ano que vem. Se vai realizar, ou não, ano que vem, lógico que depende de questão orçamentária, isso vai ser verificado, mas, pelo menos que seja autorizado, porque se não tiver sido autorizado, por mais que se queira fazer no ano que vem, se houver a necessidade, se mais delegado saírem das suas funções, não vai ser possível, porque será um ano eleitoral e precisa dessa autorização prévia. É isso.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Gostaria também, deputado Professor Rinaldo, apenas de acrescentar. Como o deputado Caravina falou do concurso, que é muito importante, porque essa nova delegacia, que precisa ser criada, de crimes cibernéticos e virtuais, vai precisar de mais delegados, porque você tira alguém para tratar

especificamente de um tema... As outras delegacias ficarão com déficit de servidores. É necessário que seja realizado o concurso para delegado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Precisa da autorização este ano.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Então, para encaminhar, vamos fazer um combinado para que protocolemos, na próxima sessão, na terça-feira, os dois temas.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um requerimento fazendo esse pedido.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O delegado com quem conversei ontem, só para deixar registrado, é o doutor Leandro, que Vossa Excelência conhece e a esposa dele é a doutora Vanessa, são marido e mulher, dois delegados preocupados com isso, cuja preocupação procede. E mais ainda, ano que vem será um ano eleitoral e sabemos, em campanhas eleitorais, como são as fake news. Mais do que nunca, é preciso que tenhamos essa delegacia e na terça-feira, com aquiescência de todos os colegas, protocolaremos. Senhor presidente, desculpe pelo aparte um pouco prolongado. Já que ninguém quis falar na tribuna, deputado Pedro Kemp, discutimos esse tema tão importante, muito vigente, todo o Brasil está discutindo esse tema tão preocupante. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Muito produtiva a discussão. Quero agradecer a presença do Anderson Dutra, conhecido como Neninha, vereador do município de Naviraí; e a presença do presidente da Câmara de Bela Vista, o JT; seja bem vindo vereador. Não havendo mais oradores...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apresento um projeto de lei, na verdade, uma emenda modificativa a um projeto de lei de minha própria autoria, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.448, de 4 de julho de 2025, que obriga as revendedoras de veículos usados e seminovos no Estado de Mato Grosso do Sul a informar ao consumidor se o veículo colocado à venda é procedente de leilão, de locadora, ou se é recuperado ou salvado de seguradora. Na verdade, a alteração, senhor presidente, é apenas para deixar claro que essa informação se refere à obrigatoriedade relativa ao último proprietário do veículo, porque as concessionárias me procuraram e elas não têm acesso anterior a isso. Estamos limitando e, obviamente, queremos atender o consumidor no seu direito, mas também exigindo aquilo que é possível das concessionárias, para fazer a entrega. Por isso, estamos apresentando essa matéria. No mais, presidente, gostaria de fazer um relato. Ontem, não estive presente à sessão da Assembleia Legislativa, porque, há

um bom tempo, venho solicitando ao secretário de Infraestrutura e Logística a possibilidade de ele conhecer as rodovias MS-213 e a MS-215, uma em Sonora e outra no município de Pedro Gomes; e também, o acesso à serra da Alegria e à serra do Pindaivão, em Rio Verde; e o acesso à serra e ao distrito do Areado, em São Gabriel do Oeste. Fizemos essa viagem, muito boa e muito produtiva, são cento e vinte quilômetros da BR-163 até a divisa com o Estado de Mato Grosso, onde há cinquenta e quatro mil hectares de lavoura... São cinquenta e quatro mil hectares de soja e cinquenta e quatro mil hectares de milho. Então, na verdade, são quase cento e dez mil hectares de área plantada e vinte e cinco mil hectares de floresta plantada. É o novo momento, para onde o Estado deve olhar agora, porque é uma estrada que nos liga com o Mato Grosso. A partir da divisa, são quarenta quilômetros até Itiquira, onde há um porto seco, em Mato Grosso; são cinquenta e sete quilômetros até Alto Araguaia, onde também há um porto seco, por qualquer uma das duas estradas. Tenho dito para o governador que, em uma eventual parceria com o Estado de Mato Grosso, teríamos uma nova alternativa de rota, para escoamento da nossa produção, acessando os portos secos de Itiquira e de Alto Araguaia, facilitando o transporte, o escoamento de toda a produção daquela região. Quero apenas fazer um relato, saímos de madrugada, voltamos à noite, mas, foi uma viagem muito boa e acho que muito produtiva com o secretário. Há uma frase que diz: "O que os olhos não veem, o coração não sente". Então, é preciso que se conheça, para que possamos sentir a possibilidade de ter os investimentos também no extremo norte do nosso estado. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores, declaro encerrado... Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente. Queria só aproveitar um pouco esse debate que o deputado Pedro Kemp trouxe e problematizar um pouco para a nossa reflexão. Estou acompanhando as redes sociais da ex-deputada federal Manuela d'Ávila e ela tem apresentado algo preocupante sobre a questão da regulamentação das redes, das "big techs". Ela disse que foi penalizada recentemente e não pode [por enquanto] mais fazer anúncios e nem lives, porque, em 2021, ela começou a denunciar o crime de ódio nas redes sociais e atrelou isso à política da extrema-direita e, hoje, está sendo penalizada por estar denunciando o que essa liberdade das redes internacionais têm causado de problemas: o ódio contra as crianças; a adultização — já falava disso naquele período —; e o fato de colocar em risco as mulheres, as crianças e adolescentes. Essas pautas passam a ser definidas pela Meta. O que a Meta acha que pode ou não pode falar, na medida em que nós, no Brasil, não criamos uma regulamentação? E há um debate que me preocupa bastante, que me assusta, que é o debate da censura em torno das redes sociais. Quando falamos em regulamentar as redes sociais, o que estamos falando é criar regras que já existem hoje no Brasil, porque temos regras na TV, no rádio, no jornal impresso, nas mídias locais; todas essas mídias têm regras, elas são regulamentadas, ou seja, toda mídia nacional tem regra. O que não tem regra neste país? As mídias internacionais. Ou seja, estamos permitindo que as crianças estejam sob situação de risco, de violência, as mulheres em situação de ódio, incitação à violência, tudo isso para poder garantir lucro a empresas internacionais. Esse debate passa, inclusive, da

questão da segurança e precisamos fazer um debate econômico, sobre a necessidade de regulamentarmos as redes no país para garantir — aí, sim — a democracia e a liberdade de expressão, dentro das regras normativas da democracia do Brasil. Precisamos fazer isso e devemos sempre lembrar que somos brasileiros, temos que defender o Brasil e temos que defender os interesses da população e os interesses econômicos do país também. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores, está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário a recomposição de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação das matérias pautadas para hoje.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 091/2025. Autor: deputado João Henrique. Por não estar presente... Está no virtual? Não está no virtual. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 022/2025. Autor: deputado Neno Razuk. Verificando a presença do deputado Neno Razuk... Está presente virtualmente? Não está presente virtualmente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 237/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Dispõe sobre o reconhecimento de pessoas com doença renal crônica como pessoas com deficiência, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00237/2024, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 170/2025. Autor: Poder Judiciário. "Cria cargos na estrutura funcional do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0170/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, treze indicações e uma moção de congratulação. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções

de pesar. Moção de pesar apresentada pelos deputados Paulo Corrêa e Mara Caseiro, em coautoria com os deputados Professor Rinaldo e Paulo Duarte, transformada em moção pela Casa, em razão do falecimento do senhor Gustavo Barwinski Pereira; moção de pesar, proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento do senhor Thiago Pereira Costa; moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Laelso Santos; moção de pesar, proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Nery Cavalheiro da Costa; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Jaime Carvalho de Oliveira; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Vanildo Barroquel; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Victor Augusto Tokunaga. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nenhum questionamento a ser tratado, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Sessão (10h28min).